



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procedimento COPAM nº 04603/2007/006/2014

Licença de Operação Corretiva

Empreendedor: Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A

Atividades: Unidade de transferência de resíduos de serviço de saúde (Câmara frigorífica dimensões: 2,43m(largura)x 2,85m(altura)x 12,18m de comprimento). E-03-08-6

Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas (Depósito temporário para resíduos líquidos – Área de 350 m²). F-05-15-0

PARECER

1. Introdução

Trata-se de processo administrativo de licenciamento ambiental, em trâmite na Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana – SUPRAM/CM, em que figura como empreendedor Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A, localizado no município de Sarzedo. O empreendimento tem como atividade o tratamento térmico por meio da Incineração de Resíduos Industriais líquidos e sólidos e tratamento e disposição final de Resíduos de Serviço de Saúde – RSS (grupo A – infectantes ou biológicos).

O licenciamento corretivo agora pleiteado refere-se ao pátio de armazenamento dos resíduos líquidos e da câmara frigorífica de armazenamento de RSS. Tais equipamentos não se encontravam instalados quando o empreendimento obteve uma Licença de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Operação parcial nº004/2014, emitida em 25/02/2014, ficando tais instalações como condicionantes dessa LO.

Esclarece-se que os autos acima discriminados aportaram nas dependências da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios das Velhas e Paraopeba em decorrência de pedido de vista formulado durante a 89ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Rio Paraopeba do COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais), ocorrida em 01/09/2015.

2. Análise

Consta dos autos (fl.189) que *“Para se tornar possível e concreto a consecução dos objetivos do empreendimento e suas propostas, foram formalizados os pedidos de Licença Prévia (LP),..., bem como a Licença de Instalação (LI) devidamente acompanhada de todos os processos executivos e processo de mitigação dos impactos consolidados no Plano de Controle Ambiental (PCA), e, por último, a Licença de Operação”*.

Portanto, essa licença sob análise é um assessorio da Licença de Operação 004/2014.

Quanto às emissões atmosféricas, informa os autos que o empreendedor já realiza o monitoramento no incinerador com as amostragens isocinéticas com periodicidade trimestral para os poluentes: material particulado, SOx e NOx e frequência semestral para os parâmetros: Concentrações e taxas de emissão de HF, HCl, metais (classes 1, 2 e 3), dioxinas e furanos, em atendimento a Condicionante nº 01 da licença de LO nº 004/2014. Nesse contexto informa o PU que foram realizadas 4 campanhas de monitoramento sendo a última em fevereiro de 2015. Com exceção da última campanha, informa que houve o **não atendimento** aos limites máximo de emissões definidos pela Resolução Conama nº 316/2002 para os seguintes poluentes: Material particulado e metais classe 2 e classe 3, ambos nos monitoramentos realizados em setembro/2014 e novembro/2014. E que após avaliação dos resultados não conformes, foram realizadas análises dos problemas de processo e das características da fonte monitorada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Uma das ações mitigadoras e emergenciais implementadas pela Ecovital foi o tamponamento das mangas furadas do filtro, a fim de obter garantias de uma boa eficiência do sistema de controle. Após essas ações corretivas, foi informado que nos resultados da quarta campanha, realizada em Fevereiro de 2015, foi constatada a conformidade nos valores de emissão encontrados.

Considerando a magnitude do significativo impacto ambiental decorrente da atividade em foco, especialmente quanto os riscos inerentes às emissões atmosféricas e visando evitar riscos à população e ao meio ambiente, **revela-se adequado que o monitoramento seja, além de contínuo, transmitido *on line* para o órgão ambiental, para que seja feito o controle em tempo real. O custeio da instalação desta medida de controle deve ser feita pelo empreendedor, com fundamento no princípio do poluidor-pagador.** Portanto, sugere-se a inclusão da seguinte condicionante:

- Apresentar à SUPRAM e à FEAM, no prazo de 06 (seis) meses, projeto monitoramento *on line* com transmissão de dados das seguintes emissões atmosféricas da(s) chaminé(s) do empreendimento: Material Particulado, SO_x, NO_x Substâncias Inorgânicas na Forma Particulada – classes, 1, 2 e 3 – Dioxinas e Furanos, contendo cronograma de execução com prazo não superior a 01 (um) ano e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável. Após aprovação, executar conforme cronograma.

Tendo em vista que a empresa realiza captação de água subterrânea por meio de 3 poços tubulares, sugere-se a inclusão das seguintes condicionantes:

- Instalar hidrômetro e horímetro nas captações de águas subterrâneas do empreendimento. Prazo: conforme definido no capítulo IV da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 2249/14.
- Realizar a coleta de dados de vazão captada, de vazão regularizada e de fluxo residual mínimo, com a periodicidade definida no art. 10 da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM 2249/14 e manter os dados em planilha de formato xls, disponíveis para consulta no empreendimento. Prazo: Durante a vigência da licença.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

3. Conclusão

Diante do exposto, manifesta-se o Ministério Público de Minas Gerais pelo **DEFERIMENTO** do pedido de Licença de Operação Corretiva, desde que acrescido das condicionantes supramencionadas.

É o parecer.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2015.

MAURO DA FONSECA ELLOVITCH

Promotor de Justiça

**Coordenador Regional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente das Bacias dos
Rios das Velhas e Paraopeba**